

Uma só casa, uma só língua, uma só nação, uma só literatura¹

JOÃO HERNESTO WEBER
UFSC

A questão do cânone, ou, num outro viés, que aliás já indica o caminho que se há de percorrer neste texto, a questão dos cânones, no plural, tem alimentado boa parte das discussões sobre a literatura brasileira nestes últimos tempos. Trata-se, diga-se não tão de passagem assim, de uma discussão extremamente necessária: afinal, sempre nos ensinaram que a literatura brasileira era uma certa literatura — aquela que consta dos manuais; aquela consagrada pela historiografia literária “clássica”, independentemente do recorte teórico específico a orientar cada uma das Histórias, que tem dividido a literatura brasileira em “regional”, “universal” e assim por diante, significando o “universal” aquela literatura produzida pelo centro do País, Rio de Janeiro e depois São Paulo, que considera todas as outras “manifestações literárias”, e a expressão já o indica suficientemente, como “menores”.

1. Este texto, em outra versão, e numa dicção mais pessoal, foi originalmente apresentado no “II Fórum de Literatura Brasileira - os cânones: entre o real e o possível”, promovido pelo Curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e realizado no Instituto Goethe, em dezembro de 1998, em Porto Alegre - RS.

TRAVESSIA

Em outras palavras: o cânone, assim como “religiosamente” nos foi repassado, quer dizer poder; quer dizer imposição (velada, por certo, como ocorre com toda e qualquer ideologia) de uma determinada visão de mundo sobre outras; quer dizer imposição e afirmação de um projeto político, ou de alguns projetos políticos “nacionais” em disputa por hegemonia, em relação ao restante do País.

Pois é chegada a hora, assim pelo menos o parece, de se colocar tais questões em pauta. Não necessariamente — pelo menos não ainda — no sentido de se construir outros “cânones” — o que, por si só, já esfacela a própria noção de cânone —, mas de se começar o “assalto” justamente pelo que hoje talvez seja taticamente imprescindível: lançar outros olhares sobre a tal de “literatura brasileira”.

Se assim é, isto é, se é chegada a hora de se questionar a noção de cânone, pode parecer estranho que se pretenda fazê-lo partindo justamente de Machado de Assis, possivelmente — e isto é pura retórica — o mais canônico e canonizado dos autores deste País. Mesmo assim, fiquemos com Machado, e com o seu conhecidíssimo ensaio sobre o “Instinto de nacionalidade”, fundamental para a instauração não somente de um princípio democrático de canonização literária, como para a abertura de um leque bastante amplo para o que podia significar, à sua época, fazer “literatura brasileira”. Não é o caso, aqui, de repisar os passos, pistas e rastros deixados por Machado no referido ensaio, mas apenas lembrar a sua lógica argumentativa e a sua síntese, que fariam fortuna na historiografia literária brasileira.

Machado, no “Instinto”, utiliza uma tática discursiva que afirma algo para, a seguir, negá-lo, sem excluir o negado. Se Machado identifica o “instinto de nacionalidade” com as “cores do país”, ele, em seguida, questiona a exclusividade desse critério; ao analisar o indianismo e a reação ao indianismo, nega o exclusivismo do indianismo, sem rejeitá-lo, no entanto, como uma das fontes de inspiração literária; se concorda com que os “costumes civilizados” e “a natureza do país” devam ser contemplados, nega, de outra parte, também o exclusivismo dessa noção,

por considerá-la caudatária da concepção que somente identifica a presença do “espírito nacional” em obras que tratam de assunto local.

Machado, assim agindo, (re)constrói, revigora, revive os argumentos em pauta à sua época, para, a seguir, desconstituí-los como tal, isto é, para desconstituí-los em sua exclusividade. E em oposição aos exclusivismos, Machado propõe a sua “chave”, sintetizada na necessária existência de um certo “sentimento íntimo” que torne o autor “um homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”.

Pois bem. O ensaio de Machado, assim pelo menos poderíamos dizê-lo, é magistral, é dialético, e contempla, justamente por sua tática discursiva, várias “linhas de força” do que poderia ser a literatura brasileira, ao negar, refutar, mas não admitir a exclusão de qualquer uma das tendências literárias em vigor ao final do século XIX. Em suma, e repetindo, o importante seria que o autor fosse “um homem de seu tempo e de seu país”.

Isso tudo é suficientemente conhecido, e o mérito do ensaio de Machado, já se o dizia, é inegável. Não obstante, o ensaio deixa-nos uma pergunta no ar, que a alguns pode inclusive parecer incômoda: qual seria, afinal, a visão de Machado sobre o seu tempo e o seu país, ou, por outra, qual seria o seu projeto de nação, a nortear a afirmação sobre a existência de um certo “instinto de nacionalidade” na literatura brasileira? A pergunta, acredita-se, procede, na medida mesma em que são as visões de nação ou nações que, em última instância, orientam a constituição do cânone ou dos cânones da assim chamada “literatura nacional”.

Os parágrafos que se seguem tentam capturar um aspecto, tão somente, dessa questão. Para tanto, parto de uma curiosidade, ou de um caso limite, que se encontra em alguma crônica de *A Semana*, na edição de John Gledson².

2. Assis, Machado. *A semana*. Introdução e Notas de John Gledson. São Paulo: HUCITEC, 1996.

TRAVESSIA

Na crônica de 14 de agosto de 1892, Machado, como era de seu feitio, repassa, como que aleatoriamente, em seu estilo tipicamente “solto”, os fatos da semana. Começa pela crise financeira do Estado, a questão do déficit público, se confessa ignorante em finanças — embora a forma irônica empregada, que coloca a confissão sob suspeição —, e passa, a seguir, às discussões que se travavam à época no Senado sobre as propostas de imigração de chineses para suprir a demanda de mão de obra na lavoura.

A abordagem do tema não deixa de ter o seu sabor — identificável, diria alguém, na enumeração repleta de aliterações, contrapontos e sonoros conectivos: “Vamos ao Senado. O Senado discutiu o chim, o arroz, e o chá, e naturalmente tratou da questão da raça chinesa, que uns defendem e outros atacam.”

À referência à imigração dos “chins”, junta, por sua vez, assim como quem não quer nada, em forma de um parênteses, significativamente longo, e que por isso mesmo pode dizer tudo, já que é uma narrativa inserida na crônica, uma historinha sobre a colonização alemã no Sul do Brasil. Lembrando portanto os “chins”, e a discussão no Senado, Machado passa a narrar:

Eu não tenbo opinião; mas nunca ouso falar de raças, que me não lembre do Honório Bicalbo. Estava ele no Rio Grande do Sul, perto de uma cidade alemã. Iam com ele moças e homens a cavalo; viram uma flor muito bonita no alto de uma árvore, Bicalbo ou outro quis colbê-la, apoiando os pés no dorso do cavalo, mas não alcançava a flor. Por fortuna, vinba da povoação um moleque, e o Bicalbo foi ter com ele.

— *Vem cá, trepa àquela árvore, e tira a flor que está em cima...*

Estacou assombrado. O moleque respondeu-lhe em alemão, que não entendia português. Quando Bicalbo entrou na cidade, e não ouviu nem leu outra língua senão a alemã, a rica e forte língua de Goethe e de Heine, teve uma impressão que ele resumia assim: “Acbei-me estrangeiro no meu próprio país!”

E Machado conclui a história do Bicalho com um “piparote”: “Lembram-se dele? Grande talento, todo ele vida e espírito”. Encerra o parêntese e continua: “Isto, porém, não tem nada com os chins, nem com os judeus, nem particularmente com aquela moça que acaba de impedir a canonização de Colombo.” Piparotes e brincadeiras, como quem diz o que deseja e faz de conta que não diz nada: isso, bem o sabemos, é Machado.

Mas haveria que se investigar o que ele realmente diz, entre ditos e não-ditos. Ou seja, parece interessante perseguir, na crônica, a visão de Machado sobre a nação e sobre as questões nacionais em discussão ao final do século, a imigração entre elas.

Para tanto, convém lançar um olhar sobre ainda uma outra crônica, a de 18 de setembro de 1892. Aprovada a lei sobre a imigração de asiáticos, Machado se debruça sobre as vantagens da vinda de “chins” para o Brasil. Comenta, não sem ironia, mas também não sem uma, digamos, acidez algo mórbida, o trabalho altamente produtivo dos “chins”, inclusive o dos cegos, mutilados e amputados. É passagem atroz, mas a debita, assim como já debudara a anedota sobre os alemães ao Bicalho, a um cronista português. Mas o que interessa, em particular, é que, junto à possível imigração de chineses, e também japoneses, Machado cita outras etnias:

Italianos entram aqui com o seu irredentismo, franceses com os princípios de 89, ingleses com o Foreign Office e a Câmara dos Comuns, espanhóis com Todas las Espanãs, carambal alemães com uma casa sua, uma cidade sua, uma escola sua, uma igreja sua, uma vida sua.

Vale o destaque e a ênfase: “uma casa sua, uma cidade sua, uma escola sua, uma igreja sua, uma vida sua.”

Juntemos as duas crônicas. Como quem não quer nada, dizia, Machado, ora inserindo uma historietinha pitoresca envolvendo a colonização alemã no Sul do País, e nela dizendo que os alemães têm uma língua sua — “a rica e forte língua de Goethe e de Heine” —, ora lembrando que eles têm casa, cidade, escola, igreja e vida suas — e

haja ênfase nos possessivos! — constrói a sua visão sobre a colonização alemã no Sul do País: a de que os imigrantes alemães e seus descendentes constituiriam um corpo à parte, uma civilização à parte, diante da qual os “nacionais” — diga-se luso-brasileiros — considerar-se-iam estrangeiros no próprio país.

“Grande talento, todo ele vida e espírito.” Não necessariamente o Bicalho, mas o próprio Machado: com aparentemente ingênuas inserções, comentários laterais, ênfases lingüísticas, vai tecendo a sua versão sobre a e em relação à imigração alemã no Sul do Brasil. No contraponto, deixa entrever, evidentemente, também a sua visão sobre o que era a sua nação e o seu país...

Tudo isso não passaria de uma curiosidade apenas, a indicar, pelo contraponto, a visão de Machado sobre o que ele deveria considerar “ser um homem de seu tempo e de seu país”. Ele, assim o parece — ou pelo menos assim as duas crônicas o indicam, quando lidas pelo avesso —, cultivava a visão da nação como um país coeso, uno e homogêneo. O seu projeto de nação, não obstante a escavação que faz do II Império em sua obra de ficção, era, enfim, o de uma nação centralizada, de língua portuguesa, de extração lusa, em que não cabiam, senão como percepção crítica, outras etnias, culturas, línguas, casas, cidades, religiões e, agora é preciso acrescentar, outras literaturas, se considerarmos que a produção literária, por parte dos imigrantes e de seus descendentes, era intensa e de larga difusão na Colônia, através da imprensa em língua alemã, principalmente através dos “Kalender”, ou anuários.

Tudo isso não passaria de mera curiosidade, não se fizesse necessária, aqui, uma breve digressão. É que Machado reforça, ao referir-se à imigração alemã, orientado por sua visão de nação, os estereótipos que se criaram sobre a colonização alemã no Sul do Brasil. Evidentemente, não estou a afirmar que Machado cria tais estereótipos. Mas deles se alimenta enquanto os alimenta, contribuindo, assim, a carregar água para o moinho da intolerância étnica, cultural, lingüística... Considerando a recepção de suas crônicas no centro do País, isso certamente não é pouco.

Dediquemos um breve excurso sobre esses estereótipos. Quando me refiro aos estereótipos sobre a colonização alemã no Sul do Brasil, refiro-me aos estereótipos do “Enquistamento Racial” e do “Perigo Alemão” que, criados ao final do século XIX, muito ainda iriam pesar sobre os descendentes de imigrantes assentados no Sul do Brasil.

Basta lembrar, para tanto, a “Campanha de Nacionalização” de Vargas, deflagrada ao final dos anos trinta e inícios dos quarenta, a impor, coercitivamente, e por isso mesmo arbitrariamente, a homogeneização cultural e lingüística de tradição luso-brasileira a imigrantes de diferentes procedências.

A “Campanha de Nacionalização” pesou, e muito, todos o sabemos, sobre os descendentes de etnias não vinculadas à tradição de ascendência lusa. Pesou sobre os imigrantes de ascendência alemã, principalmente. Desses, muitos seriam indiciados como “súditos do Fixo”, outros chamados de “quinta-colunas”. É preciso dizer mais: a “campanha de nacionalização” pesou sobre os descendentes de alemães protestantes em especial, mesmo porque eles não professavam aquela fé que, também ela de tradição ibérica e anti-reformista, era, até o advento da República, a religião oficial do Estado e que, depois da proclamação da República, continuaria a ser uma espécie de religião extra-oficial do aparato estatal. Além disso — e é preciso ver também este lado —, a igreja protestante mantinha fortes vínculos com a Alemanha, predicando a instituição, como essencial a sua sobrevivência, a manutenção da língua e da cultura alemãs.

“Enquistamento racial” e “Perigo alemão”. Isso é preciso esmiuçar um pouco mais, até para não ficarmos, também nós, encastelados nos mesmos estereótipos, ainda que com o sinal trocado, e tendo, já, apontado para a singularidade da igreja evangélica tradicional, de origem alemã. Isso significa, em outros termos, que é preciso rastrear os projetos históricos que estabeleceram a dinâmica que redundaria no antagonismo entre “brasileiros”, ou “nacionais”, de um lado, e os “alemães”, termo a abrigar também os seus descendentes, de outro.

A colonização do Sul por imigrantes, e isto é amplamente sabido, teve o objetivo estratégico mais geral de ocupação do solo de fronteira.

Criaram-se, nesse sentido, núcleos coloniais relativamente homogêneos em seus primórdios, tanto em termos sociais como culturais e étnicos. Não havia, no início da colonização, praticamente contato entre os colonos e a sociedade de tradição lusa envolvente. Apenas no segundo quartel da segunda metade do século XIX, quando a colônia passa a produzir excedentes agrícolas, expropriados e apropriados por uma incipiente burguesia comercial, estreitar-se-iam os contatos entre os “teutos” e os luso-brasileiros. Essa burguesia comercial imigrante passaria, com o tempo, e com a sua gradativa consolidação enquanto grupo dominante da colônia, a postular sua participação política na sociedade circundante. Cria-se, inclusive, um *corpus* ideológico bem demarcado, e articulado, visando à participação na vida política do País: trata-se da ideologia do “Germanismo”, do “*Deutschtum*”, ou a do “*Deutschbrasilianertum*”, pregada tanto pelas igrejas protestante e católica como pela “*intelligentsia*” de origem alemã, identificada normalmente com o projeto histórico-social dos “*Brummer*” — mercenários que, liberais de 48, e contratados pelo Império, se fixaram por fim no RS.

Seriam esses setores, ao lado da burguesia comercial “de origem”, que passariam, via imprensa em língua alemã, via escolas e igrejas, a incentivar a concepção de pertencerem os descendentes de alemães à pátria alemã, alegando, para tanto, a sua origem étnica (*jus sanguinis*); simultaneamente, pregariam o seu pertencimento à nação brasileira (*jus solis*). De um lado, portanto, pregavam, como “alemães”, a preservação da cultura e da língua alemãs pelos descendentes; de outro, pregavam o seu direito à cidadania brasileira.

Seria ao final do século XIX, de outra parte, que a Alemanha passaria a ostentar uma política de culto ao “Pangermanismo”, visando, principalmente, à sua expansão imperial. E aqui havia “uma tribo que pensa e negocia em alemão”, como destaca João Guilherme Biehl, citando um relatório do Comitê Berlimense de 1874³. Daí os vínculos

3. Conforme Biehl, João Guilherme. “Uma tribo que pensa e negocia em alemão: uma contribuição à história evangélica do germanismo no sul do Brasil, século 19”. In:

que a Alemanha procura desenvolver com as “colônias”, a gerarem, inclusive, protestos por parte de outras nações imperiais, como a França e a Inglaterra.

Ora, a aceitação do projeto do “Germanismo”, ou a do “*Deutschbrasilianertum*”, certamente não se enquadrava nos horizontes da classe dominante nacional. O seu projeto histórico, o da classe dominante nacional, era outro: era, ao final do século XIX, importar mão-de-obra européia sim, mas desde que subsumida na e pela população de origem lusa; era “branquear a raça” sim, consoante as teorias raciais européias, mas desde que isso não significasse abrir mão da sua dominação de classe.

Se ao final do século XIX a situação se configurava mais ou menos assim como se procurou desenhá-la acima, imagine-se, de outra parte, e por e como acréscimo, o cenário criado durante a Primeira Guerra Mundial, ou, então, aquele que se configuraria com a eclosão da Segunda Guerra e o ingresso do Brasil na Guerra junto aos “Aliados”.

Tinha que sobrar para alguém, e sobrou para todos, não somente para aqueles segmentos dominantes vinculados ao projeto do “*Deutschtum*”. Sobrou, na verdade, para uma gente que tinha “uma casa sua, uma cidade sua, uma escola sua, uma igreja sua, uma vida sua”. E uma “língua sua”, poder-se-ia acrescentar, lembrando aquela outra crônica do Machado que versava sobre o Bicalho.

Faltou dizer: sobrou para todos, sobrando para quem tinha também uma literatura sua, que instituíra uma espécie de cânone seu, centrado em torno da exaltação da natureza da nova pátria, da ideologia da germanidade e do elogio ao trabalho alemão.

Claro, o que se perdeu ou o que se ganhou com isso, isto é, com a “nacionalização” forçada, e depois com o “pacto de silêncio”

TRAVESSIA

patrocinado pela burguesia “de origem”, é difícil de avaliar: perderam-se línguas, culturas, palavras, crenças, religiões, e, finalmente, literaturas?

Parti, neste texto, da concepção de Machado de Assis sobre o que seria a sua visão da nação: ele, assim pelo menos as duas crônicas o indicam, quando lidas pelo avesso, cultivava a visão da nação como um país coeso, uno e homogêneo. Cultivava, em suma, uma visão do País colada ao projeto da classe dominante nacional, em que não cabiam outras etnias, culturas, línguas, casas, cidades, religiões e, podemos dizê-lo, outras literaturas...

A esta altura, um reparo se faz evidentemente necessário: dele, Machado, não é de se cobrar absolutamente nada. Afinal, ele era um homem de seu tempo e de seu lugar, e não seríamos nós que iríamos cobrá-lo pela exclusão dos descendentes de alemães da nacionalidade — ou, o que segundo alguns já seria bem mais grave, sendo Machado um mulato, cobrá-lo pela exclusão, no ensaio sobre o “Instinto”, do negro como componente dessa mesma nacionalidade. Não. O que se pretendia indicar, simplesmente, e bem provavelmente de modo simplório, é que Machado tinha uma determinada visão sobre a nação, tinha um determinado projeto de nação, e, quem sabe, também uma utopia sobre o que deveria ser a nação, e, em consequência, a literatura nacional. Tinha um projeto, em suma, que coincide com o que até hoje estamos habituados a ver, como já se afirmou ao início: os nossos historiadores “clássicos”, como um Sílvio Romero, um José Veríssimo, ou, mais recentemente, um Antonio Candido, entre tantos outros, lançaram o seus olhares sobre a literatura brasileira — com isso instituindo os seus cânones — a partir das imagens, visões e projetos sobre o que pensavam deveria ser a nação e a sua literatura, lendo-a, sempre, a partir do centro, Rio e depois São Paulo.

Claro, também já o dizia, as “literaturas de imigrantes e seus descendentes” podem ser consideradas “casos limites”. Por isso mesmo,

são casos instigantes: pela sua própria condição, elas colocam a noção do cânone diretamente em xeque.

Mas existem casos não tão limítrofes assim, a que se pode aplicar o mesmo argumento. É necessário lembrar aqui o conjunto de produções culturais periféricas existentes no Brasil: até que ponto, afinal, a historiografia literária, com o seu poder canonizante por excelência, não tem insistido em excluir a periferia, a "periferia da periferia" na verdade, do *corpus* literário nacional?

Veja-se bem: não se trata de um discurso sobre o "politicamente correto", ou sobre os tais de "estudos culturais", que, comumente, e às vezes muito facilmente, a tudo pretende abranger, e com isso nada distingue. Refiro-me, isto sim, a uma questão crucial para uma democracia plural pelo menos no campo literário: por que somente os projetos político-ideológicos, mesmo que muitas vezes conflitantes, elaborados no Rio de Janeiro e em São Paulo, podem pretender dizer o que é a literatura brasileira?

Penso, por exemplo, e nesse contexto, nas literaturas ditas "regionais". Dizê-las regionais já não é desclassificá-las, e desqualificá-las *a priori*? E o que fazemos nós, situados na "periferia da periferia", para qualificá-las e nomeá-las como integrando também elas a tal de "literatura brasileira"?

Em resposta, e voltando a Machado, quem sabe fosse interessante dizer que uma solução possível talvez consistisse em universalizar, para o conjunto do País, a tática discursiva do "Instinto de nacionalidade", abrindo, ainda mais do que Machado, o leque do que seja fazer "literatura brasileira", dando abrigo, assim, a várias manifestações culturais, e não apenas às do centro do País. Explique-se-o: o olhar a partir da periferia, a partir das margens, negando sem necessariamente excluir o cânone ou os cânones ditos "oficiais", instituídos pelo centro, pode, quem sabe, nos fazer ver que há muito mais coisas além daquilo que sempre supúnhamos, ou do que nos fizeram supor, ser a literatura dita "nacional".

TRAVESSIA

Ou por outra: não seria interessante pensar-se em várias casas, várias línguas, várias literaturas habitando uma mesma nação, ou nações?

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado. *A semana*. Introdução e Notas de John Gledson. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- BIEHL, João Guilherme. Uma tribo que pensa e negocia em alemão: uma contribuição à história evangélica do germanismo no sul do Brasil, século 19. In: FISCHER, Luís A. e GERTZ, René E. (Org.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996.
- DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo, Porto Alegre, Caxias do Sul: Ed. Sinodal/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/EdUCS, 1984.
- _____. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed.UNISINOS, 1994.
- GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1991.
- MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: EdULBRA, 1994.
- WEBER, Cátia A. B. *Sombras do Ferrabrás: história (s) da(s) História(s)*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em História, 1999.